



REFUGIADOS:

A NOVA FACE DO OPRIMIDO NA EDUCAÇÃO

REFUGEES:

THE NEW FACE OF THE OPPRESSED IN EDUCATION

REFUGIADOS:

LA NUEVA CARA DEL OPRIMIDO EN LA EDUCACIÓN

Cleide Rita Silvério de Almeida¹

RESUMO: Este artigo apresenta o refugiado como a nova face do oprimido, mostrando que, na ocasião em que se comemoram os 50 anos de publicação de “Pedagogia do Oprimido”, de Paulo Freire, a obra permanece atual, com categorias de análise que ainda fundamentam uma leitura da realidade educacional. Freire, autor que viveu na própria pele o drama do exílio forçado por motivos políticos, torna legítima uma leitura da situação dos refugiados a partir de seu livro. Procurou-se enfatizar que o diálogo, a amorosidade e a restauração da intersubjetividade são pontos fundamentais neste novo contexto mundial, em que temos de exercer o acolhimento de outros seres humanos com solidariedade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Refugiados. Oprimidos.

ABSTRACT: This article presents the refugee as the new face of the oppressed and shows that on the 50th anniversary of the publication of Paulo Freire’s “Pedagogy of the Oppressed”, it remains topical, with categories of analysis that still form a base for a reading of the situation of education on the ground. This book, by an author who personally experienced the drama of forced exile for political reasons, gives a credible reading of the situation of the refugees. This article aims to emphasize that dialogue, an approach based on love and the restoration of interpersonal relations are essential factors in dealing with this new global situation, in which we should offer a sympathetic welcome to other human beings.

KEYWORDS: Education. Refugees. Oppressed.

RESUMEN: Este artículo presenta al refugiado como la nueva cara del oprimido, mostrando que, justo cuando se conmemoran los 50 años de publicación de “Pedagogía del Oprimido”, de Paulo Freire, la obra permanece actual, con categorías de análisis que siguen fundamentando una lectura de la realidad educativa. Freire, autor que vivió en primera persona el drama del exilio forzado por motivos políticos, legitima una lectura de la situación de los refugiados a partir de su libro. Lo que se intentó enfatizar es que el diálogo, el carácter amoroso y la restauración de la intersubjetividad son puntos fundamentales en este nuevo contexto mundial en el que tenemos que dar acogida a otros seres humanos con solidaridad.

PALABRAS CLAVE: Educación. Refugiados. Oprimidos.

¹ **Submetido em:** 12/01/2019 – **Aceito em:** 14/01/2019 – **Publicado em:** 17/01/2019

INTRODUÇÃO

Cinquenta anos se passaram entre a primavera de 1968 e a de 2018. E o que nos traz a primavera? A primavera nos traz as flores. E a primavera de 68 trouxe o desabrochar de muitas flores, que até hoje continuam desabrochando em várias partes do mundo, a partir da obra “Pedagogia do oprimido”, de Paulo Freire, que ultrapassou fronteiras, lugares, enraizando ideias, propostas e atitudes. Essa transcendência de tempo e lugar demonstra que, tal qual um jardineiro, Freire não só plantou uma nova forma de pensar a educação, mas cuidou do seu cultivo e então as sementes se espalharam.

Em matéria da internet, Beatriz Montesanti (2016) aponta que Elliot Green, professor da *London School of Economics*, usando a ferramenta do *Google Scholar*, apurou que Freire é mais citado do que pensadores do porte de Michel Foucault e Karl Marx. Sabemos também que suas obras, entre elas a que referimos, foram traduzidas para vários idiomas.

Freire foi um pensador que ultrapassou fronteiras porque decidiu, com sua proposta de alfabetização, derrubar os muros que limitavam todos aqueles que não sabiam ler e escrever. Ele dissolveu um estereótipo: o do analfabeto. Leonardo Boff (1992, p. 9) afirma: “O homem é o ser que é capaz de ler a mensagem do mundo. Jamais é um analfabeto. É sempre aquele que, na multiplicidade de linguagens, pode ler e interpretar”. A visão empobrecida de quem rotula o outro torna invisível a complexidade deste, simplificando-o e reduzindo-o, sem perceber a riqueza de seus contornos e nuances. Ao desfazer um estereótipo, contribui-se para o não desenvolvimento dos preconceitos e de seus tentáculos de estigmatização, e das múltiplas formas de discriminação que revelam as subcategorias constitutivas da opressão.

O historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2012, p. 12) ressalta:

Os tupiniquins, por exemplo, foram assim denominados por seus desafetos tupinambás, uma das primeiras tribos tupis a entrar em contato com os portugueses, no litoral da Bahia, ainda quando do desembarque pioneiro da esquadra comandada por Pedro Álvares Cabral. O interessante é que esta designação continua sendo usada ainda hoje com sentido depreciativo para nomear tudo aquilo que é nacional, que é brasileiro; sempre que nossas elites colonizadas querem dizer da inferioridade de um produto ou de um costume nacional em relação a um estrangeiro, o nomeiam de tupiniquim.

Designações de sentido depreciativo, como apontado por Albuquerque Júnior, reforçam antigos estereótipos e criam novos, como acontece, por exemplo, em relação aos refugiados. Vivemos em uma temporalidade histórica marcada pela abundância de informações, que circulam de forma intensa e acelerada. As novas tecnologias de informação, ao diminuírem significativamente as distâncias, possibilitaram o acesso a outros povos, culturas, manifestações; porém, ao mesmo tempo em que elas nos põem em contato com os outros,

parece que se estabelece aí uma contradição, pois, à medida que a diversidade se torna mais acessível, a convivência torna-se mais hostil. A acentuada dinâmica dos fluxos migratórios mundiais, com o crescente número de pessoas que buscam proteção em outros países, provoca, nas populações locais, reações adversas, gerando medo, xenofobia e violência.

O que temos acompanhado por jornais, internet, TV, mídias sociais é o deslocamento expressivo de homens, mulheres e crianças. Este grande fluxo de pessoas tem gerado perseguições e violações de direitos humanos, ocasionando uma crise humanitária. No Brasil, principalmente no município de São Paulo, a chegada de muitos migrantes – parte deles refugiados – tem exigido a ampliação do olhar e dos instrumentos de inteligibilidade da situação.

O REFUGIADO COMO OPRIMIDO

Refugiado é todo aquele que é forçado a migrar de seu país por motivo de guerra, conflito armado ou perseguição étnica, religiosa e/ou política.

A crise de caráter humanitário provocada pela migração forçada é um dos desafios mais profundos a serem enfrentados em nosso tempo. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (2018a) – Acnur - calcula que haja mais de 68,5 milhões de pessoas nesta situação. Homens, mulheres e crianças fogem de conflitos armados, guerras, perseguições políticas e religiosas para salvarem suas vidas. São obrigados a deixar seu país em busca de um lugar onde possam viver.

O relatório *Global Trends: Forced Displacement in 2017* (UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES, 2018) diz que 68% dos refugiados provêm de cinco países: Síria: 6,3 milhões; Afeganistão: 2,6 milhões; Sudão do Sul: 2,4 milhões; Myanmar: 1,2 milhão; e, Somália: 986.400.

A jornada por eles enfrentada apresenta muitos obstáculos. Hoje, assistimos pelas mídias ao drama que os refugiados passam ao cruzarem o mar em botes infláveis, em embarcações pouco seguras; as árduas caminhadas sob condições climáticas e geográficas adversas; a falta de alimentos e medicamentos. Porém, ainda enfrentam outro brutal desafio: a hostilidade de outros seres humanos. Muros e cercas são levantados em nome da segurança; incerteza, incompreensão e medo marcam a chegada dos refugiados a outros países. Racismo, xenofobia e violência são apenas alguns dos aspectos presentes na crise migratória. Para Albuquerque Júnior (2016, p. 18):

Um dos motivos fundamentais para a existência da xenofobia, portanto, é a própria reação de estranhamento que nós humanos tendemos a manifestar diante de corpos que diferem dos nossos, de corpos que por sua cor, estatura, proporções, traços,

gestos, movimentos, performances, atitudes, comportamentos nos parecem não idênticos ao nosso próprio corpo e àquilo que a cultura a que pertencemos definiu como sendo o humano.

Destituir o outro de sua humanidade a partir de nosso olhar e julgamento de valor significa que, além de situá-lo numa posição inferior e subalterna, o estamos condenando a uma situação de opressão, escravidão ou morte. Desumanizar o outro é decretar sua morte simbólica. Morre como humano e sobrevive como espectro, corpo que perambula sem destino à procura de uma identidade que lhe é negada. O refugiado é um estranho à nossa porta que temos receio de receber, pois suas diferenças parecem tantas que não se encaixam em nossos padrões. O desconhecido assusta porque não sabemos lidar com ele. É um perigo a ser combatido e afastado ou, em último recurso, morto.

Por meio da Declaração de Nova York para refugiados e migrantes de 2016, os Estados-membros das Nações Unidas, entre eles o Brasil, aceitaram fornecer proteção às pessoas forçadas a deixar seus países de origem e assegurar apoio aos demais países que os abrigam, dividindo as responsabilidades internacionais com o custo de forma justa e igualitária (ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS, 2018b).

A declaração permitiu ao Acnur desenvolver um “pacto global sobre refugiados”, trabalhando em parceria com governos e outras partes interessadas. O pacto possibilitou fortalecer a resposta internacional aos grandes movimentos de refugiados. Os principais objetivos são:

- 1) aliviar as pressões sobre os países que recebem e acolhem refugiados;
- 2) construir autossuficiência e autonomia entre as pessoas em situação de refúgio;
- 3) expandir o acesso ao reassentamento em países terceiros e prover outros caminhos legais para a proteção e soluções duradouras; e
- 4) fomentar condições que permitam aos refugiados voltarem voluntariamente para seus países de origem de forma digna e segura (ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS, 2018b, p. 14).

O Acnur, por meio da Declaração de Nova York, vem colaborando para o fortalecimento de um trabalho conjunto a fim de concretizar o pacto global para o deslocamento de modo seguro, ordenado e regular.

Existem no Brasil vários órgãos governamentais, organizações não governamentais (ONGs) e entidades que tratam diretamente da questão dos refugiados: Sistema de Tráfego Internacional (STI) da Polícia Federal, Ministério da Justiça, Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros da Polícia Federal (Sincre), Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro e de São Paulo, Missão Paz – São Paulo, ONG *I Know My Rights* (IKMR) e Casa de Passagem Terra Nova. As instituições e ONGs exercem importante função na acolhida e orientação dos refugiados, principalmente em relação aos direitos e deveres de cada parte. Por estar geograficamente longe das principais áreas de conflito

(Oriente Médio e África), o Brasil recebe menor número de refugiados em comparação a outros países.

Os dados divulgados no relatório “Refúgio em números” mostram que, no final de 2017, havia no Brasil 10.145 refugiados vindos de várias nações (BRASIL, 2018). Entre eles, apenas 5.134 possuíam registro ativo no país, ou seja, o visto de refúgio concedido oficialmente, sendo sua maior distribuição em três estados: São Paulo (52%), Rio de Janeiro (17%) e Paraná (8%).

Esta situação desafiadora nos convoca e provoca para uma ação ética e solidária em busca de uma política civilizatória que não ofereça espaço para a barbárie e reconheça a necessidade de ultrapassar fronteiras culturais e geopolíticas, visando a um compromisso de humanidade em relação a essas pessoas, que merecem uma vida digna, de direitos e de paz.

EDUCAÇÃO E REFUGIADOS

Para abordar esta relação, serão apresentados alguns dados de uma pesquisa em andamento que busca compreender como se dá o acesso, a adaptação e a integração de alunos que estão em situação de refúgio, em algumas escolas públicas de educação básica nas redes municipal e estadual da cidade de São Paulo. Trata-se de uma realidade muito viva que nos permite encontrar seres humanos ricos e diversos. O estudo que está em andamento tem a preocupação de observar as ações pedagógicas que estão sendo desenvolvidas, ou não, nas escolas visitadas, visando ao atendimento destes alunos. Entende-se, assim como Freire (2018, p. 103), que:

[...] como não há homens sem mundo, sem realidade, o movimento parte das relações homens-mundo. Daí que este ponto de partida esteja sempre nos homens no seu aqui e no seu agora que constituem a situação em que se encontram ora imersos, ora emersos, ora insertados. Somente a partir desta situação, que lhes determina a própria percepção que dela estão tendo, é que podem mover-se.

A educação é um espaço/momento importante em que se pode construir diálogo e quebrar as barreiras que impedem uma relação com o outro que é diferente de mim. Neste sentido, desenvolver a amorosidade é uma maneira de proporcionar um encontro afetivo e solidário com o outro, pois, para Freire (2018, p. 110): “Não há diálogo, porém, se não há profundo amor ao mundo e aos homens”. Os momentos de visita às escolas, observação e participação em atividades permitiram perceber as dinâmicas em que há presença ou ausência de diálogo. Os fatos apresentados como exemplo nas análises e comentários guardarão sigilo em relação à identificação das instituições escolares e dos indivíduos envolvidos.

O primeiro momento do diálogo acontece entre a escola e a legislação. A necessidade de conhecer as leis que protegem os refugiados é uma forma de diálogo entre a escola e o contexto do aluno e também um movimento em direção à acolhida e à convivência, e se constitui como uma base para desenvolver um olhar sobre a situação dos refugiados. Segundo a Cartilha para refugiados no Brasil:

[...] Todas as crianças e adolescentes têm direito a se matricular gratuitamente nas escolas públicas de ensino fundamental e médio, inclusive os solicitantes de refúgio e refugiados. A lei brasileira de refúgio garante que as autoridades brasileiras levarão em consideração a situação excepcional em que se encontram os refugiados no Brasil e, por isso, facilitarão o ingresso em instituições de ensino daqueles que não possuam seus diplomas ou histórico escolar. Sendo assim, toda criança ou adolescente solicitante de refúgio ou refugiado tem o direito de se matricular em qualquer escola pública apresentando o seu CPF e protocolo provisório ou RNE (ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS, 2014, p. 22).

Em uma das escolas visitadas havia estudantes de outras nacionalidades, como bolivianos, chineses e sírios, mas não se sabia se eram refugiados. Foi possível inferir que não havia clareza acerca da diferença entre migrante e refugiado. Os funcionários com quem se conversou informaram também que algumas alunas não falavam a língua portuguesa, mas que uma colega da mesma nacionalidade intermediava, sempre que necessário, funcionando como tradutora entre a aluna e a escola. Mostraram-se muitos abertos e dispostos a contribuir para o desenvolvimento da pesquisa, dizendo que conversariam com os professores e disponibilizariam a participação na hora de trabalho pedagógico coletivo (HTPC), o que realmente ocorreu.

É de extrema importância não confundir os termos “refugiado” e “migrante”, pois isto poderia gerar consequências graves para a segurança e a vida dos que solicitam refúgio. Mesclar os termos poderia desviar a atenção das garantias legais específicas de que necessitam os refugiados e prejudicar o apoio da sociedade a este público num momento tão delicado. Em ambos os casos, é necessário tratar a todos com respeito e dignidade. Não conhecer os educandos pode gerar pulverização das ações pedagógicas, que deixam de ser planejadas intencionalmente.

Pelas informações obtidas, a escola não desenvolvia nenhum projeto específico com estes alunos de diferentes nacionalidades e tampouco com aqueles que não se expressavam em língua portuguesa. No diálogo com os professores durante uma reunião, não foi possível levantar se havia ou não alguém em situação de refúgio, mas o coordenador reportou que uma professora de outro período tinha comentado com ele sobre a possibilidade de uma aluna estar nessa situação. Em conversa com uma das responsáveis da secretaria, houve um momento inicial de dificuldade, superado quando foi explicado a ela que nosso objetivo era de cunho investigativo e educacional e que seria possível identificar a situação dos refugiados a partir de três possibilidades de matrícula: 1) o aluno ser portador de um visto humanitário,

uma vez que ele poderia ter saído de uma situação de catástrofe climática; 2) não possuir documento nenhum e a escola ter fornecido um registro de aluno (RA); ou 3) ter um documento emitido pela Polícia Federal com um carimbo que identificasse sua situação. Ela foi ver a pasta da aluna e voltou expressando muita surpresa, porque tinha acabado de constatar que a aluna era refugiada e havia apresentado na escola o documento da Polícia Federal.

A situação descrita levanta uma série de indagações, pois as salas de aula vivenciam o fenômeno multicultural e o bilinguismo nos grupos formados nessas turmas heterogêneas. Como está sendo garantido o direito social desses alunos à educação? Vale lembrar Freire (2018, p. 124-125), quando diz que: “na existência dos homens o aqui não é somente um espaço físico, mas também um espaço histórico [...] vivem uma relação dialética entre os condicionamentos e sua liberdade”.

É importante que em sua prática pedagógica a escola conheça e leve em conta a situação de seus educandos, mas é igualmente importante reconhecer as várias dificuldades de infraestrutura e apoio governamental das escolas para tecermos uma compreensão entre o todo e as partes, as partes e o todo. Se a escola é limitada pelas condições dadas, ou melhor dizendo, pela falta de condições para um funcionamento adequado, o aluno – e isso vale para todos – também está sendo impactado por estas condições materiais e simbólicas, na medida em que os educadores, desencantados, não conseguem propor e desenvolver projetos de superação. Em vez de agentes que exercem sua liberdade, tornam-se todos, educadores e educandos, adaptados às condições que subtraem paulatinamente seu processo de humanização.

Em contrapartida, pudemos observar em outra escola o que Freire denomina de “restauração da intersubjetividade”. “A pedagogia do oprimido, que busca a restauração da intersubjetividade, se apresenta como pedagogia do Homem” (FREIRE, 2018, p. 56).

A escola começou a desenvolver projetos buscando, no nosso entender, a restauração da intersubjetividade, porque antes de os projetos acontecerem, havia muitas situações de preconceito e xenofobia na convivência entre os alunos. Procedeu-se então a um levantamento dos problemas existentes, como indisciplina, *bullying* e acolhimento dos alunos estrangeiros. Os bolivianos, por exemplo, eram tratados de forma desrespeitosa, e então foi desenvolvida uma atividade em que se solicitou que os alunos pesquisassem em casa, com seus pais e familiares, sobre sua descendência. Eles descobriram que, na verdade, existiam muitas marcas e sinais em suas histórias de vida que mostravam uma miscigenação. Como filhos, netos, bisnetos de italianos, portugueses, espanhóis etc., tinham hábitos e valores ligados aos seus antepassados. Essa dinâmica repercutiu em novas atitudes de compreensão e acolhida dos colegas.

Outro momento em que houve diálogo, amorosidade e restauração da intersubjetividade ocorreu quando um aluno sírio e uma aluna do Marrocos apresentaram sua cultura aos outros de diferentes nacionalidades. Vale observar que nesse dia foram esses dois alunos, mas a atividade se tornou regular: conhecer outros povos, culturas, costumes, crenças e hábitos.

Foi pedido aos alunos que se sentassem em semicírculo. No chão, havia representações das bandeiras da Síria e do Marrocos. A coordenadora projetou um vídeo que apresentava alguns conceitos básicos sobre o islamismo, que é a religião oficial no Oriente Médio. Na sequência, o aluno da Síria fez um ritual de purificação com água – ablução –, que consistiu na lavagem das mãos, antes de tocar o Livro Sagrado que seus pais o autorizaram a trazer para a escola, e recitou, em árabe, uma passagem. Ele falou do Alcorão e trouxe um exemplar traduzido para mostrar aos colegas. Dando continuidade, a aluna do Marrocos contou como é o costume mulçumano para as mulheres, a utilização do véu e alguns preceitos religiosos. Logo após as apresentações, foi projetado um vídeo produzido por um professor, que mostrava o aluno e a aluna escrevendo em árabe como era a experiência de ser aluno no Brasil. Em um segundo momento, houve a apresentação, explicação e degustação de comidas típicas, que foram servidas juntamente com um chá da região. Isto permitiu diálogo, troca e compreensão.

Falar de refugiados como oprimidos remete-nos a uma experiência pessoal do educador pernambucano. A “Pedagogia do oprimido” foi escrita no exílio, uma experiência marcante. Freire estava impedido de voltar ao seu país, não tinha mais o direito de ir e vir, algo tão fundamental para o ser humano. Carregou consigo as memórias do Nordeste brasileiro, dos encontros de professores, dos debates acalorados sobre democracia e tantos outros temas que remetem à liberdade.

Freire passou por experiência semelhante à dos refugiados de hoje, que, longe de sua pátria e de suas famílias, veem-se num lugar estranho e, por vezes, perigoso. Devem enfrentar as incertezas e a opressão. Eles também trazem consigo memórias, felizes e tristes. Juntam o pouco que têm para sobreviver por mais um dia. A força de vida os faz caminhar e não desistir. É necessário gritar para ser ouvido, pois passam despercebidos na selva de pedra dos grandes centros urbanos. Os novos oprimidos são também os novos invisíveis sociais.

Os refugiados se deparam com autoritarismo, leis, burocracia, falta de celeridade nos processos, que vão minando suas forças e diluindo suas esperanças. Podem ser mandados de volta ao país do qual conseguiram fugir com tanto esforço. Como escreveu Freire (2018, p. 71, grifo do original):

Até o momento em que os oprimidos não tomem consciência das razões de seu estado de Opressão “aceitam” fatalistamente a sua exploração. Mais ainda, provavelmente assumam posições passivas, alheadas, com relação à necessidade de sua própria luta pela conquista da liberdade e de sua afirmação no mundo. Nisto reside sua “convivência” com o regime opressor.

Mesmo sendo assunto frequente nos meios de comunicação, parece que a questão dos refugiados não afeta a sensibilidade das pessoas, pois quando estas se expressam em relação a eles é de forma preconceituosa. Um problema que outrora estava longe agora está ao alcance dos olhos e a presença se faz perceber porque incomoda e muitos fingem que eles não existem.

O caminho por eles enfrentado é repleto de muros e pontes, sejam estes concretos ou simbólicos. São constantemente vítimas de abusos, explorações e morte, mas também recebem ajuda, acolhida e solidariedade: dois lados de uma mesma realidade. Ao lermos “Pedagogia do oprimido” (FREIRE, 2018), é possível identificar elementos que ajudam na reflexão sobre este problema humanitário tão grave.

Um primeiro desafio para os refugiados é a comunicação. A necessidade de aprender o novo idioma é fundamental para a própria sobrevivência; caso contrário ficariam à mercê dos outros e sujeitos à exploração. Nas instituições que acolhem os refugiados existe sempre a preocupação com a língua, pois ela é instrumento de expressão e autonomia. É perceptível que crianças e jovens têm maior facilidade em aprender, sendo eles de grande ajuda para os adultos e idosos.

Para Freire, o diálogo é de extrema importância para a construção dos sujeitos. Algo que cria pontes e nos faz entrar no mundo do outro, mesmo sendo ele muito diferente de nós. “O diálogo crítico e libertador, por isto mesmo que supõe a ação, tem de ser feito com os oprimidos, qualquer que seja o grau em que esteja a luta por sua libertação” (FREIRE, 2018, p. 72).

Dialogar é quebrar a relação opressor-oprimido e, assim, buscar novas possibilidades de comunicação, procurando falar de pontos que aproximam e que possam contribuir para a convivência. O diálogo é um encontro com o outro, que nos abre para a partilha de vida, de ideias e de sonhos.

CONCLUSÃO

A educação guarda estreita relação com o movimento, pois os seres humanos não são estáticos, cristalizados, mas se fazem durante a caminhada. A educação tem o poder de nos transportar de um lugar para outro, desde que não se identifique com uma concepção redutora que apenas queira, como observa Montaigne (2010), entornar conhecimento na cabeça das crianças. A crítica de Freire à concepção bancária de educação, que não problematiza o conhecimento, dialoga fortemente com Montaigne (2010, p. 92-94):

E que julgue o proveito que a criança terá tirado, não pelo testemunho de sua memória, mas pelo de sua vida. Que a faça mostrar com cem feições diferentes o que tiver acabado de aprender, adaptando-o a outros tantos diversos assuntos para ver se aprendeu realmente e assimilou [...] Regurgitar a comida tal como a engolimos é sinal de sua cruzeza e de indigestão [...] O ganho de nosso estudo é termo-nos tornado melhores e mais sábios. [...] Saber não é saber de cor.

Os seres humanos se fazem, a cada dia, a partir de seu desenvolvimento como seres em movimento numa realidade histórica que também se processa nesse constante devir. Os estudos que nos tornam melhores e mais sábios são os que nos permitem exercitar uma leitura do mundo em que estamos situados. Não se trata apenas de um mero viver/sobreviver, mas, sim, que possamos nos pronunciar no mundo de forma autêntica.

Os refugiados encontram muitos desafios em seu caminho, como a comunicação em uma língua diferente, valores que podem estar em confronto com os de sua cultura, com seus hábitos, crenças, formas de convivência etc. A escola pode possibilitar esta acolhida solidária por meio de uma postura ética que compreenda e respeite as diferenças, ampliando o conhecimento de seus alunos em relação a outros povos, despertando a curiosidade, o interesse e a problematização sobre outras maneiras de vida. Isto implica também ter consciência sobre sua própria cultura e entender que o diálogo é o caminho para consolidar a relação com os outros, que considerar de forma respeitosa a alteridade é promover a intersubjetividade.

Não basta reconhecer a importância das ações solidárias; é preciso promovê-las por meio de projetos pedagógicos que envolvam toda a comunidade escolar. Não será uma palestra isolada, uma atividade de outro professor que conquistará esse objetivo, mas a união de todos como responsáveis por uma educação que não alimente exclusões, mas esperanças, que humanize e liberte.

A “Pedagogia do oprimido”, em seus 50 anos, nos faz refletir sobre aqueles que caminham ao nosso lado e que, por vezes, não percebemos. Caminhar é um verbo que remete a pensar sobre a vida. É uma analogia da própria existência humana. O caminho nem sempre é reto: tem curvas, abismos, muros e pontes. É no caminho que encontramos os refugiados, eles que são a nova face do oprimido. Clamam por abrigo e proteção, pois a morte os persegue e o medo os aguarda.

Ao fechar-se para o outro, mesmo que seja diferente de mim, estou me fechando para mim mesmo. É um passo importante e necessário reconhecer a dignidade e o respeito que o outro merece.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Xenofobia: medo e rejeição ao estrangeiro**. São Paulo: Cortez, 2016.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS – BRASIL. **Dados sobre refúgio**. Brasília, DF, 2018. 2018a. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/>. Acesso em: 13 jun. 2018.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. **Cartilha para refugiados no Brasil**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Cartilha-para-Refugiados-no-Brasil_ACNUR-2014.pdf. Acesso em: 15 jun. 2018.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. **Protegendo refugiados no Brasil e no mundo**. Brasília, DF, 2018. 2018b. Disponível em: http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Protegendo-Refugiados-no-Brasil-e-no-Mundo_ACNUR-2018.pdf. Acesso em: 13 jun. 2018.

BOFF, Leonardo. **Os sacramentos da vida e a vida dos sacramentos**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Justiça. **Refúgio em números**. 3. ed. Brasília, DF, 2018. Disponível em: http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/04/refugio-em-numeros_1104.pdf. Acesso em: 26 ago. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 66. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2018.

MONTAIGNE, Michel de. **Os ensaios: uma seleção**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MONTESANTI, Beatriz. **Paulo Freire é o terceiro pensador mais citado em trabalhos pelo mundo**. 4 jun. 2016. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/06/04/Paulo-Freire-%C3%A9-o-terceiro-pensador-mais-citado-em-trabalhos-pelo-mundo>. Acesso em: 24 jul. 2018.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. **Global trends: forced displacement in 2017**. Geneva, jun. 2018. Disponível em: <http://www.unhcr.org/5b27be547.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2018.